CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 664/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Constituição do Estado de São Paulo;

- Lei Orgânica do Município;

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

- Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado;

- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1864, de 29 de setembro de 2003, que institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências;

Matéria DSP 16972/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 24/06/2025 e juntado ao PL 664/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=647420.

autuado por cintiacarrer em 24/06/2025 13:18:49.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1863, de 29 de setembro de 2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências;

- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.040, de 27 de novembro de 2009, que disciplina a divulgação do Programa Aprendendo com Saúde, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.585, de 26/07/2021, que institui a campanha Check-up Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças;

- PL 705/25 , que institui o cordão AVC Estrela para a identificação de pessoas acometidas por Acidente Vascular Cerebral – AVC no Município de São Paulo.

- PL 663/25 , que “Normatiza a exposição de cartazes e ou placas informativas, em locais de grande circulação de pessoas, com orientações que facilitam a identificação de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), dando ainda outras providências”

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de junho de 2025.

Matéria DSP 16972/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 24/06/2025 e juntado ao PL 664/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=647420.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

Cintia Talarico da Cruz Carrer

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068

Matéria DSP 16972/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 24/06/2025 e juntado ao PL 664/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=647420.